

# VISÃO ESTRATÉGICA PARA A REGIÃO CENTRO 2030

proposta de trabalho

janeiro/2020



ccdrc

comissão de coordenação e  
desenvolvimento regional do centro

## ELEMENTOS PARA UMA REVISÃO PARTICIPADA DA ESTRATÉGIA REGIONAL

### REGIÃO CENTRO 2021-2027

#### ÍNDICE

<b>1. O contexto e o alcance deste documento .....</b>	<b>3</b>
<b>2. Uma região que se afirma pelo seu perfil de inovação .....</b>	<b>5</b>
<b>3. Com um modelo económico relativamente inclusivo .....</b>	<b>12</b>
<b>4. A questão do modelo territorial da região e das dinâmicas para o reforço da coesão territorial.....</b>	<b>18</b>
<b>5. Constrangimentos e desafios .....</b>	<b>21</b>
<b>5.1. Constrangimentos .....</b>	<b>21</b>
<b>5.2. Os principais desafios .....</b>	<b>28</b>
<b>6. Uma Visão para a Região consistente com a erradicação de constrangimentos e resposta aos desafios estruturais e capaz de valorizar recursos e capacidades de inovação .....</b>	<b>34</b>

## 1. O contexto e o alcance deste documento

O período de programação 2014-2020 evoluiu na região Centro em bom ritmo de implementação, a Estratégia Regional de Especialização Inteligente (RIS3) do Centro tem-se afirmado como uma boa prática de envolvimento generalizado de atores regionais (ver resultados publicados da avaliação da implementação da abordagem RIS3 em Portugal), a região melhorou recentemente a sua posição relativa no *European Innovation Scoreboard* (EIS) 2019 e indicadores diversos mostram que as capacidades regionais de inovação têm vindo a intensificar-se e a gerar resultados em termos empresariais.

Noutro plano, os anos de 2017 e 2018 revelaram fragilidades e vulnerabilidades dos territórios mais interiores e de menor densidade ao fenómeno das secas e fogos florestais, que se transformaram num desafio de grandes proporções à valorização das condições de resiliência e organização desses territórios. Simultaneamente, tais acontecimentos mostraram ainda a existência de uma base económica e empresarial, alguma da qual fortemente atingida pela destruição de capital físico de infraestruturas e equipamentos registada nos incêndios, cuja presença e valorização assumem um lugar central no desenho e operacionalização de soluções de desenvolvimento e de futuro para o emprego e rendimento dos territórios de baixa densidade e para a minimização do cenário de estancamento/declínio demográfico a que a programação 2021-2027 deve dedicar atenção particular. Não menos importante, alguns desses territórios enfrentam situações de stresse hídrico que tendem a penalizar ainda mais as suas condições para atrair novas atividades e investimento.

Tal como foi na prática operacionalizada, a programação 2014-2020 esteve longe de ser formatada de acordo com as aspirações suscitadas na região Centro pelo processo de amplo envolvimento participativo e colaborativo que teve na formulação da RIS3 Centro a sua expressão mais robusta. Apesar disso, e sem ignorar as incoerências e fragilidades de muitas das soluções institucionais encontradas, a governação multinível avançou na região em muitas frentes. Por um lado, em grande medida dependente da capacidade de liderança e coordenação em cada um dos níveis da governação, mas gerando, por outro lado, um lastro de organização institucional de intermediação e implementação de políticas públicas cuja sustentação e focagem estratégica têm de constituir parte da solução. Um bom exemplo desse potencial pode ser observado no modo como, sob a coordenação da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDRC), foi possível num contexto marcadamente participativo elaborar uma Agenda para a Valorização da Economia Circular na região Centro, que se constitui em referencial incontornável para operacionalizar diferentes frentes de intervenção no próximo período de programação.

A preparação do próximo período de programação 2021-2027 na região Centro, na sua dupla dimensão de, por um lado, revisão de Programa Operacional do Centro e da RIS3 Centro e, por outro, de prioridades na resposta a constrangimentos e à valorização de recursos específicos da região que os restantes Programas poderão assegurar, evoluirá à medida que forem conhecidas com mais pormenor as opções nacionais para gerar um equilíbrio coerente entre agendas europeias, grandes objetivos nacionais e prioridades para a região. Quer isto significar que a

preparação regional da programação 2021-2027 terá de assentar numa abordagem simultaneamente abrangente e flexível, com especial atenção a alguns temas cuja relevância não pode ser escamoteada:

- Que alterações nas agendas e grandes objetivos europeus e na correspondente alocação de recursos de programação interpelam a região, suscitando reforço da capacidade de gestação de projetos?
- Que novas oportunidades de intervenção trará a implementação do *Green Deal*<sup>1</sup> como vetor decisivo de atuação e compromisso da Comissão Europeia?
- Que apostas nacionais encontram nos ativos específicos da região respostas mais capazes?
- Que constrangimentos estruturais da região continuam carenciados de resposta e que novas dinâmicas de valorização de recursos podem ser incrementadas em escalas com maior abrangência territorial?
- Que experiências foram geradas pela programação 2014-2020 com potencial de robustecimento e escala territorial através de afinamentos organizativos, de capacitação ou de coordenação multinível?
- Pode a revisão da RIS3 Centro, aprofundando e operacionalizando a s
- 
- ua seletividade, contribuir para o reforço do seu papel como instrumento de aprofundamento da estratégia de desenvolvimento regional para a região Centro?
- Que outros programas e tipologias de intervenção são necessários para colmatar áreas em que dificilmente o enquadramento RIS3 constitui o instrumento mais pertinente?

O presente documento não visa substituir-se ao processo participativo que a CCDRC vai promover, envolvendo simultaneamente a revisão da RIS3 Centro e a formulação de referenciais estratégicos para a programação 2021-2027. Ele pretende tão só situar os termos do debate participativo que tal preparação deverá envolver, abrindo caminhos de preparação e sobretudo estabelecendo uma relação de continuidade entre (i) implementação da programação, (ii) a sua monitorização e avaliação, (iii) a captação de tendências afloradas em dinâmicas recentes e (iv) a definição de novas prioridades e domínios de intervenção.

A reflexão aqui sistematizada mobiliza diferentes elementos de informação, com destaque para diferentes dimensões de diagnóstico regional elaborado pelos serviços da CCDRC e elementos de análise de documentos de planeamento a nível nacional que tenham em conta a sua incidência na região.

---

<sup>1</sup> [https://ec.europa.eu/info/publications/communication-european-green-deal\\_en](https://ec.europa.eu/info/publications/communication-european-green-deal_en)

## 2. Uma região que se afirma pelo seu perfil de inovação

### ***Um Sistema Regional de Inovação em maturação ...***

O Sistema Regional de Inovação (SRI) da região Centro é já há algum tempo conhecido nos perfis territoriais da inovação como um sistema de atores em que a interação entre (i) as empresas mais inovadoras integradas nos diferentes sistemas produtivos regionais, (ii) as entidades e interfaces do Sistema Científico e Tecnológico Nacional (SCTN) representadas na região e focadas na transferência de conhecimento para as empresas, (iii) o potencial de produção de conhecimento científico aqui localizado e (iv) instituições de educação e formação e empresas de prestação de serviços tem inscrito a sua marca na trajetória de inovação da região. A RIS3 Centro capitalizou essa realidade sistémica em estruturação, contribuindo por essa via para a focagem e seletividade do esforço científico e tecnológico em curso.

Recentemente, culminando a persistência e continuidade de orientações de política pública (em grande medida corporizada a partir da influência dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI)) e das próprias estratégias empresariais das empresas mais influentes, a região elevou o seu estatuto para o patamar das regiões fortemente inovadoras, segundo os padrões e critérios do *Regional Innovation Scoreboard*<sup>2</sup>.

Este estatuto que se estima poder vir a ser consolidado pela transformação económica “place-based” que a RIS3 Centro visa alcançar, para além de constituir em si próprio um importante fator de notoriedade europeia da região e do seu perfil de especialização produtiva, está em linha com um conjunto de outros indicadores associados à dinâmica recente observada na região que tem mantido a forte densidade da sua especialização industrial, com o peso do VAB industrial sempre acima da média nacional.

### ***Com vários indicadores de dinâmica empresarial em linha com a evolução do perfil inovador da região ...***

Vários indicadores confirmam esta perceção:

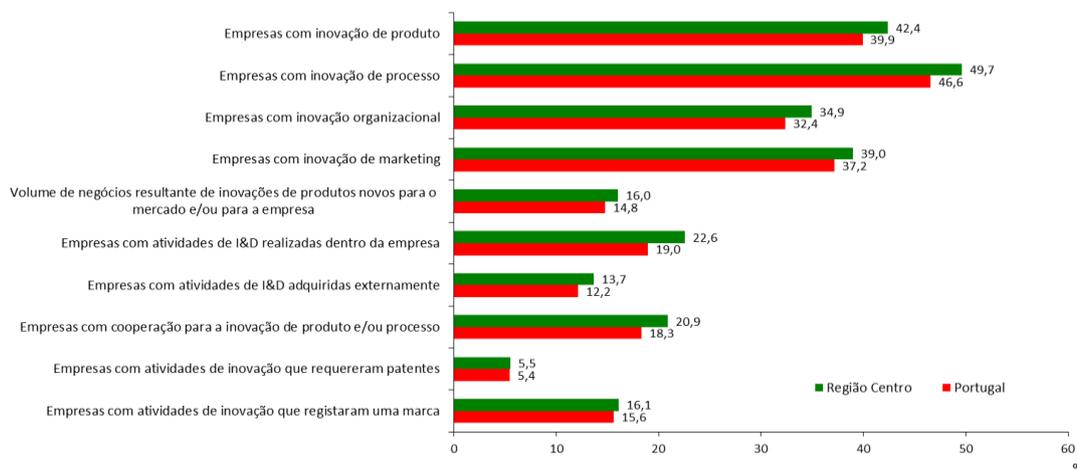
- 77 dos 100 municípios da região constituem a localização de 25% das Pequenas e Médias Empresas (PME) com estatuto de PME Excelência a nível nacional;
- A evolução crescente do número de empresas gazela identificadas na região (a única região que regista e trabalha este indicador) tem sido sustentada, apontando para uma duplicação entre 2013 e 2017 (47 contra 95) que, face aos dados já recolhidos, terá subido para 112 em 2018, com localização em cerca de 40% dos municípios da região;
- A região apresenta imediatamente a seguir à região de Lisboa o melhor *scorecard* em termos de competitividade relativamente aos padrões das regiões mais evoluídas (- 0,53 para 0,09 de Lisboa)<sup>3</sup>;

<sup>2</sup> Comissão Europeia, Regional Innovation Scoreboard 2019:  
[https://ec.europa.eu/growth/industry/innovation/facts-figures/regional\\_en](https://ec.europa.eu/growth/industry/innovation/facts-figures/regional_en)

<sup>3</sup> Comissão Europeia, European Regional Competitiveness Index 2019:  
[https://ec.europa.eu/regional\\_policy/en/information/maps/regional\\_competitiveness/](https://ec.europa.eu/regional_policy/en/information/maps/regional_competitiveness/)

- A comparação dos Inquéritos Comunitários à Inovação de 2004-2006 e 2014-2016 confirmam melhorias nos indicadores considerados sempre superiores às registadas no país, conforme o gráfico abaixo o documenta:

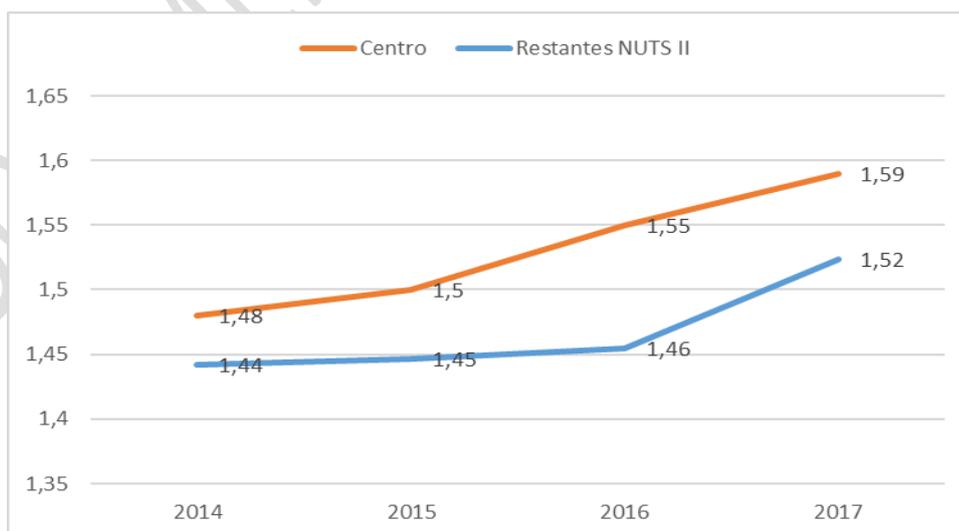
**Figura 1. Trajetórias comparativas da Região Centro e de Portugal em indicadores de inovação**



Fonte: Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (Inquérito Comunitário à Inovação), 2006-2008 e 2014-2016

- A região Centro iniciou mais rapidamente o aumento do peso das empresas de média e alta tecnologia do que as restantes NUTS II do país, conforme o gráfico abaixo também o documenta:

**Figura 2. Evolução da proporção de empresas em setores de alta e média-alta tecnologia (%), de 2014 a 2017, para o Centro e restantes NUTS II**



- As empresas da região revelaram, até 31.12.2018, uma forte apetência e reatividade na procura dos apoios dos sistemas de incentivos do Portugal 2020, captando 1,8 mil

milhões de euros, com a importante parcela de 73% desse montante respeitar a investimentos em inovação e empreendedorismo qualificado e criativo; mesmo tendo em conta que os investimentos aprovados nestas tipologias de incentivos ao investimento exigiam que o enquadramento na Estratégia Nacional de Especialização Inteligente (ENEI)/RIS3 Centro fosse apenas um critério de mérito entre outros, a magnitude de investimento elegível aprovado que justificou a referida atribuição de financiamento europeu constitui um indicador inequívoco de dinâmica de inovação empresarial;

- A este poder de captação de fundos há que adicionar os cerca de 136 milhões de € de financiamento do Horizonte 2020 – Programa-Quadro Comunitário de Investigação & Inovação (H2020), com relevo para os 51,4 milhões de € das instituições de ensino superior, os 37,4 milhões de € captados por PME (contra 14, 4 milhões de € de grandes empresas) e os 28,7 milhões de € de centros de investigação.

***Dinâmicas promissoras cujo contributo para a transformação global dos principais indicadores estruturais da região exige consolidação e seletividade de esforços ...***

As dinâmicas empresariais e de inovação, embora registem sinais de poderem alargar progressivamente a sua incidência territorial, tendem na sua fase inicial de configuração a concentrar-se nos territórios mais dinâmicos e melhor apetrechados em termos de recursos técnicos e humanos. A inovação é um processo que tenderá a aumentar *gaps* inter-empresariais e inter-territoriais que só os processos de difusão por ela gerados tenderão a reduzir. Por isso, é tão importante assegurar, simultaneamente, que novos focos de inovação possam emergir na região, alargando a base territorial da sua competitividade e que se criem condições para a sua transferência e absorção por outras empresas e territórios.

Vários indicadores sugerem esta realidade na região:

- Os valores do peso das despesas de I&D (totais e empresariais) no PIB por NUTS III da região Centro ilustram perfeitamente aquela afirmação;

Unidade territorial (NUTS II/NUTS III)	Despesas totais de I&D em % do PIB	Despesas empresariais de I&D em % do PIB
<b>REGIÃO CENTRO</b>	<b>1,32</b>	<b>0,70</b>
Beira Baixa	0,68	0,38
Beiras e Serra da Estrela	1,08	0,50
Médio Tejo	0,33	0,27
Oeste	1,14	1,10
Região de Aveiro	2,28	1,26
Região de Coimbra	2,24	0,63
Região de Leiria	0,61	0,42
Visão Dão Lafões	0,49	0,32
Fonte: Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico 2019, com dados respeitantes a 2017		

- As NUTS III Região de Aveiro e Região de Coimbra são presentemente duas das NUTS III mais dinâmicas do país em termos de desempenho inovação, medido pelo confronto entre o esforço total de I&D e o que é realizado pelas empresas;
- Em estreita conformidade com esta evidência, as mesmas NUTS III são também as que a nível nacional apresentavam, em 2016, os valores mais elevados de número de doutorados em áreas de Ciência e Tecnologia por 1000 habitantes, da população residente com idade entre 25 e 34 anos, respetivamente 3,61 e 1,81;
- 77% dos projetos aprovados com enquadramento na RIS3 Centro até 31.12.2018 localizam-se nas NUTS III Região de Aveiro, Região de Leiria, Região de Coimbra e Oeste, com destaque para as duas primeiras quando os valores são relativizados pelo universo de empresas, o que é extensivo em termos de investimento previsto também relativizado pelo universo de empresas (com Viseu Dão-Lafões a revelar notoriedade segundo este critério)<sup>4</sup>.

Apesar da magnitude das dinâmicas de inovação atrás assinaladas, do ponto de vista global (enquanto NUTS II), a região Centro continua a apresentar um PIB *per capita* em PPC (Paridades do Poder de Compra) que corresponde a 86% do registado no país, registando-se ainda que, em cerca de duas décadas, a evolução acabou por não ser significativa, com apenas as regiões de Aveiro e de Leiria a ultrapassarem os 90%. A evolução observada é ligeiramente mais positiva na produtividade aparente do trabalho, sugerindo que as mencionadas dinâmicas de inovação estarão a produzir efeitos nesta matéria, neste caso com um maior número de NUTS III a impulsionar tal mudança (Região de Aveiro, Região de Leiria, Região de Coimbra, Beira Baixa e Médio Tejo, obviamente com significado diverso entre as três primeiras e as duas últimas).

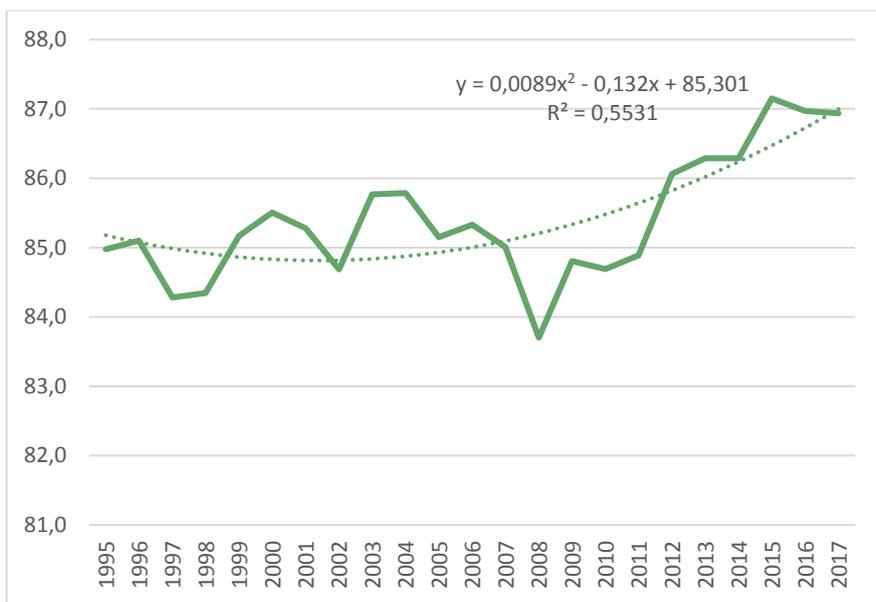
Sinal de que as dinâmicas de inovação em curso na região ainda carecem de maturação em termos de efeitos na competitividade é a evidência revelada pelo índice de competitividade do INE (índice parcelar do Índice Sintético de Desenvolvimento Regional (ISDR) disponibilizado pelo INE). A região Centro, para além de ter descido de posição nesse índice de 3º para 4º lugar, atrás da Área Metropolitana de Lisboa, região Norte e Algarve, apresenta uma única NUTS III, a Região de Aveiro, com índice superior à média nacional e coeficientes de variação elevados entre as suas NUTS III nesse indicador. Do ponto de vista da estratégia futura para a região e ponderando as suas implicações para a revisão da própria RIS3 Centro, o que estes dados revelam é a necessidade de criação de condições para uma mais rápida maturação dos efeitos de competitividade que as dinâmicas de I&D-inovação em curso na região tenderão a determinar.

Algo de semelhante se observa no poder de compra *per capita* (INE), registando-se neste caso uma evolução desfavorável entre 2013 e 2017 no indicador. De novo, também só a Região de Aveiro, a Região de Leiria e a Região de Coimbra conseguem ultrapassar os 90% do poder de compra *per capita* registado no país.

---

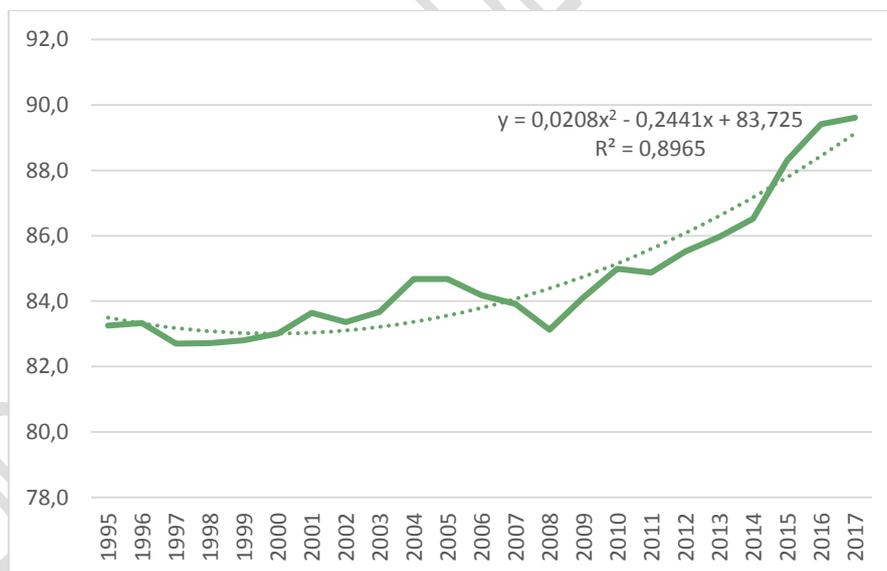
<sup>4</sup> CCDRC (2019), Caderno D ANÁLISE DO ALINHAMENTO DOS PROJETOS CANDIDATOS AO PORTUGAL 2020 COM A RIS3 DO CENTRO Maio de 2019 (v6) - Dados reportados a 31 de dezembro de 2018.

**Figura 3. PIB per capita (PPC), Região Centro, 1995-2017 (Portugal=100)**



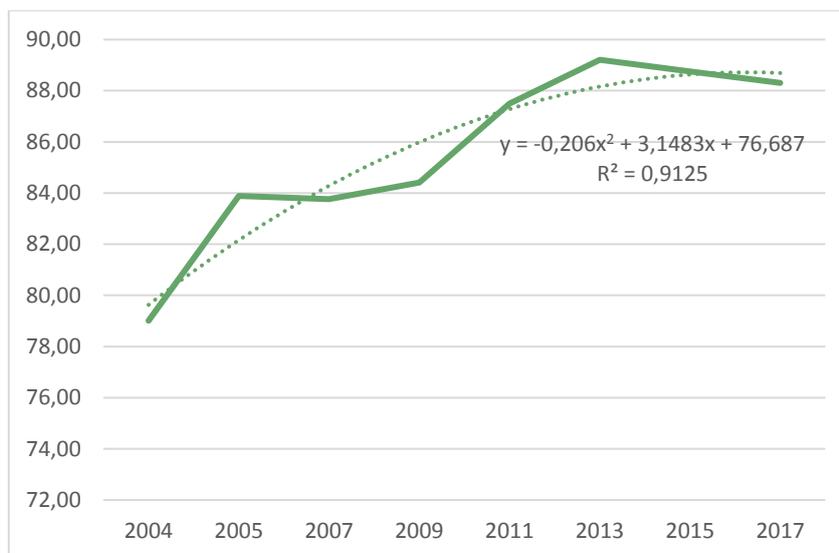
Fonte: Cálculos próprios a partir de informação do INE

**Figura 4. Produtividade aparente do trabalho, região Centro, 1995-2017 (Portugal=100)**



Fonte: Cálculos próprios a partir de informação do INE

**Figura 5. Poder de compra per capita, região Centro, 2004-2017 (Portugal =100)**



Fonte: Cálculos próprios a partir de informação do INE

### **Uma dotação de recursos em matéria de Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC) que importa reforçar para um posicionamento mais confortável em termos de desafios da transformação digital**

A tabela abaixo evidencia que a região Centro apresentou na última década uma evolução significativa no que respeita à utilização de TIC, alinhando com a evolução favorável observada no país, embora apresentando ainda alguns *gaps* que importará colmatar no futuro. Os indicadores em que os municípios são os principais agentes utilizadores de TIC revelam, porém, uma posição mais favorável da região, o que constitui um sinal promissor do papel que este tipo de recursos pode assumir na difusão pelos territórios de processos de inovação.

Dados complementares recolhidos pela CCDRC a partir de informação sistematizada pela Agência Nacional de Inovação (ANI) mostram que as empresas mais relevantes da região estão a posicionar-se em termos de preparação para a transformação digital e Economia 4.0. Estimando-se que a transformação digital venha a assumir no próximo período de programação um lugar central na alocação de recursos, é fundamental que, para além de correção de desvios atrás assinalados, seja concedida uma atenção particular às consequências organizacionais da transformação digital no que respeita à alteração de modelos de negócio empresarial e ao apetrechamento de competências básicas, intermédias e avançadas para uma boa resposta a essa transformação.

É igualmente fundamental que a transformação digital chegue à sociedade e ao cidadão nas suas diferentes vertentes e implicações. Colocar o ser humano no centro da transformação digital deverá ser um requisito fundamental para o sucesso e para a transformação da região num espaço mais atrativo e com maior qualidade de vida. Os saltos tecnológicos só fazem sentido e

são estruturados quando mudam a forma de viver dos seres humanos e lhe permitem um salto civilizacional.

**Figura 6. Indicadores comparativos de utilização de Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) na Região Centro e em Portugal**

	Atualidade		2009	
	Centro	Portugal	Centro	Portugal
Empresas com atividades de TIC (%), 2017	1,0	1,2	0,7	1,0
Indivíduos com idade entre 16 e 74 anos que, nos primeiros 3 meses do ano:				
utilizaram Internet (%), 2018	72,9	74,7	43,7	46,5
para realizar serviços avançados (%), 2018	69,3	71,6	37,8	40,6
utilizaram comércio eletrónico para fins privados (%), 2018	24,1	26,8	8,3	9,7
Indivíduos com idade entre 16 e 74 anos que, nos últimos 12 meses, preencheram e enviaram pela Internet formulários oficiais para organismos da administração pública para fins privados (%), 2018	28,4	29,9	14,0	17,0
Agregados domésticos privados com pelo menos um indivíduo com idade entre 16 e 74 anos e com ligação à Internet:				
em casa (%), 2018	75,1	79,4	41,8	47,9
através de banda larga (%), 2018	72,8	76,9	39,3	46,2
Declarações fiscais do IRS – Modelo 3 entregues <i>on-line</i> (%), 2015	94,7	94,6	79,6	79,3
Câmaras Municipais que disponibilizam o preenchimento e submissão de formulários online (%), 2017	70,0	61,7	x	x
Câmaras Municipais que utilizaram comércio eletrónico (%), 2017	71,0	59,1	40,9	36,4
Taxa de cobertura territorial das Lojas do Cidadão (%), 2018	22,0	17,5	5,0	5,8

Informação recolhida por CCDRC

### Concluindo ...

As dinâmicas de inovação observadas na região, que a catapultaram para o estatuto de região fortemente inovadora segundo os padrões e critérios do *Regional Innovation Scoreboard*, estarão neste momento a meio caminho do percurso desejável de resultados: por um lado, a maturação de efeitos em termos de crescimento do potencial económico da região será muito provavelmente lenta, atendendo a que as mudanças estruturais da especialização produtiva o são também; por outro lado, os efeitos de tais dinâmicas de inovação em termos de alargamento

territorial da competitividade da região enfrentam os condicionantes da sua forte concentração nas NUTS III mais dinâmicas da região de Aveiro, Região de Coimbra e Região de Leiria, exigindo não só a criação consistente de novos focos territoriais de inovação, mas também um mais intenso esforço de transferência de conhecimento e de difusão de inovação para os territórios com menor concentração dessas dinâmicas (Viseu Dão-Lafões é claramente um território em transição desse ponto de vista).

Finalmente, a maturação dos efeitos associados às dinâmicas de inovação está também relacionada com o grau ainda inicial de implementação da abordagem RIS3 Centro. Há que ter em conta que uma das vias pelas quais a implementação da RIS3 Centro poderá ter efeitos no desenvolvimento económico passa pela sua relação com os níveis do empreendedorismo. O modelo económico e territorial da região Centro apontou nas duas últimas décadas para a emergência de empreendedorismo por influência de *spillovers* (externalidades) de conhecimento geradas por economias de aglomeração/localização de concentrações industriais. O que a RIS3 Centro pretende alcançar nesta matéria é criar condições para novas fontes de criação de empreendedorismo através de novos *spillovers* de conhecimento gerados a partir da diversidade na concentração (variedade relacionada). A notoriedade da presença com sede na Região Centro de clusters resilientes, como, por exemplo, o Tooling, o Habitat Sustentável, as TICE e o Agroindustrial do Centro, pode ser considerada um fator favorável a esta pretensão específica e para a dinamização da inovação em geral.

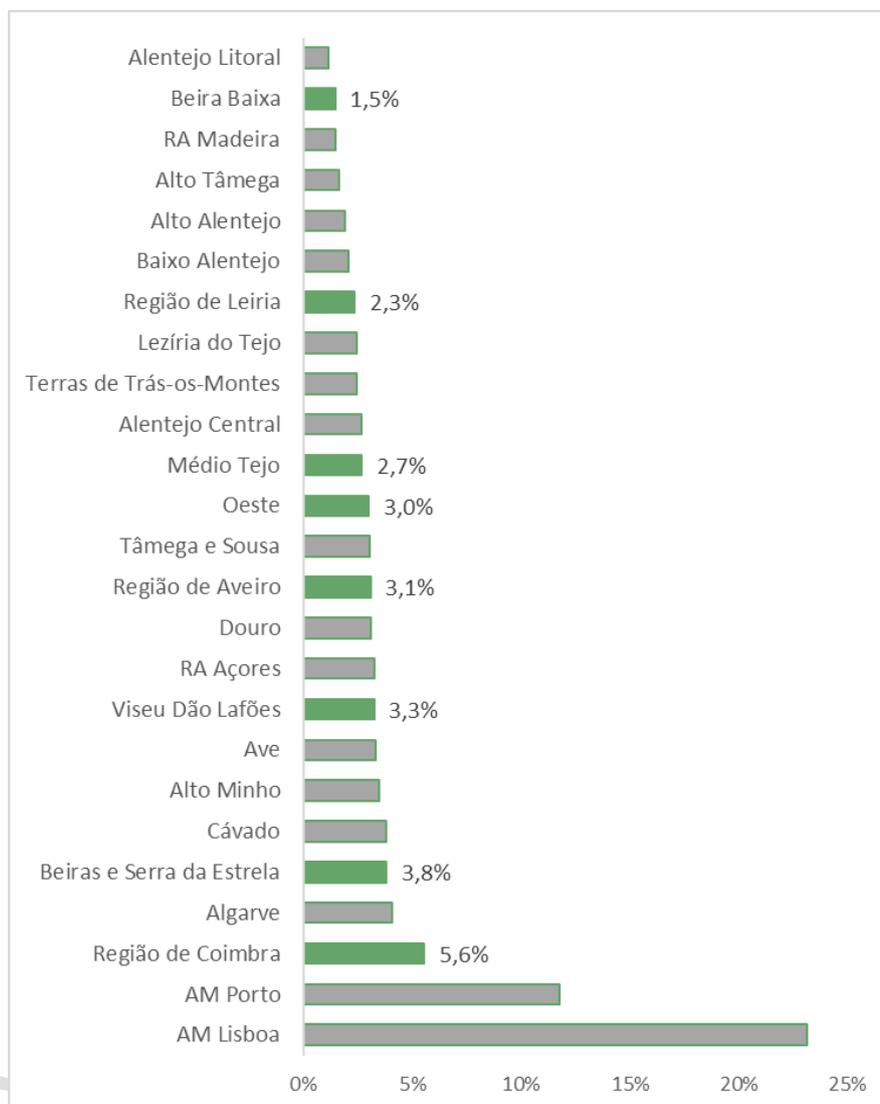
### 3. Com um modelo económico relativamente inclusivo

Graças a um tecido empresarial em que a presença predominante de pequenas e microempresas assegura padrões interessantes de flexibilidade e resiliência, cujos caminhos se cruzam por vezes com grandes empresas e grandes exportadoras, o modelo económico da região Centro tem conseguido alcançar níveis relevantes de inclusão social. A estes níveis também não é indiferente a cobertura que a região apresenta em termos de respostas sociais institucionais. Segundo informação sistematizada pela CCDRC a partir dos dados da Carta Social (Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, MTSSS), na região Centro localizavam-se 32% das chamadas “entidades não lucrativas” que desenvolvem respostas sociais (cerca de 4.670 entidades, uma aproximação ao universo das IPSS e equiparadas, integrando também entidades oficiais que prosseguem fins de ação social, serviços sociais de empresas e a Santa Casa de Misericórdia de Lisboa). A região Centro emerge com pesos relevantes de intervenção nas respostas sociais suscitadas principalmente pelos problemas relacionados com idosos (37% das respostas sociais a nível nacional) e com crianças e jovens (27,5% do total nacional).

Acresce que, de acordo com informação associada à Conta Satélite da Economia Social 2016 (INE), o território da região, analisado segundo a unidade territorial NUTS III, acolhe 18.146 entidades correspondentes a 25,2% do total nacional, com mais forte representação das NUTS III da Região de Coimbra, Beiras e Serra da Estrela, Viseu e Dão-Lafões, Região de Aveiro e Oeste

(ver figura abaixo), revelando em relação à população residente uma significativa dinâmica de evolução.

**Figura 7. Distribuição das entidades de Economia Social, por NUTS III, 2016**



Fonte: Conta Satélite da Economia Social 2016, INE

Um aspeto a relevar é a boa cobertura que alguns dos territórios mais interiores da região apresentam em termos de entidades da economia social, constituindo nessa medida um recurso para o reforço das condições de resiliência desses territórios.

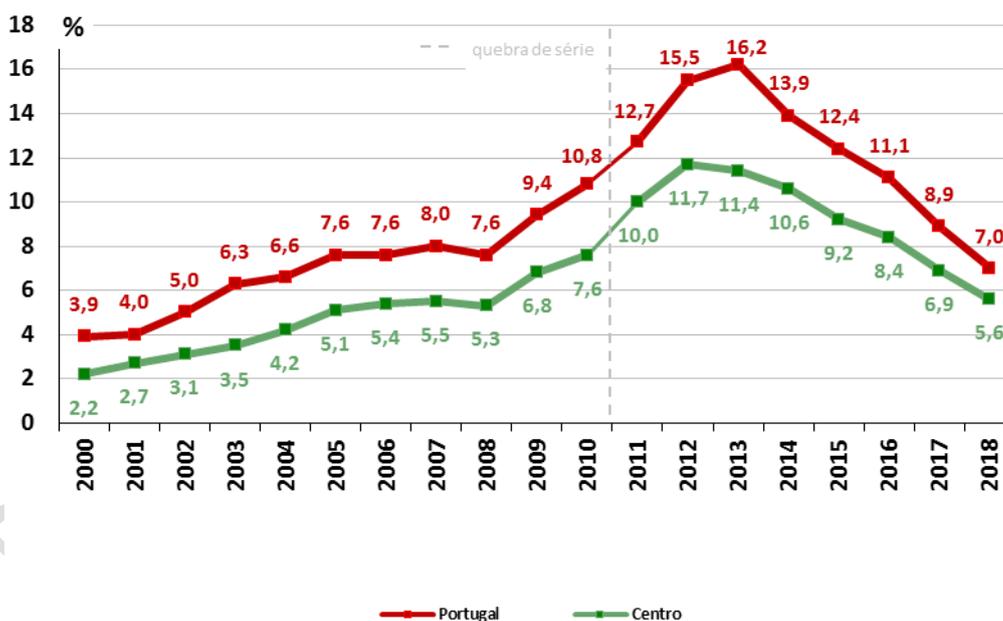
Não menos importante é o reconhecimento de que a região não se revela apenas dinâmica em matéria de respostas sociais mais tradicionais. A região Centro tem estado amplamente representada nos apoios da iniciativa pública Portugal Inovação Social, o que sugere existir na região um potencial importante de respostas sociais segundo modalidades mais inovadoras. Segundo dados da Estrutura de Missão Portugal Inovação Social (EMPIS) reportados ao ano de 2019, a procura da região Centro foi particularmente significativa para ações de capacitação

para o investimento social, com 85 projetos em implementação, cobrindo domínios diversificados, mas abrangendo, entre outros, domínios de maior conteúdo de inovação como o é a capacitação de avaliação de impactos. O mesmo se diga em relação às parcerias para o impacto com 58 projetos em curso de concretização na região.

Existem, por isso, recursos na região para uma resposta mais efetiva à recomendação para 2019 do mecanismo de coordenação do semestre europeu que propõe a melhoria da eficácia e a adequação da rede de proteção social<sup>5</sup>. Também nesta área do apoio social inovador, a digitalização e a implementação de práticas centradas nas TIC poderá trazer mais-valias e novas formas de aumentar o nível e a qualidade de vida das pessoas que escolheram o Centro de Portugal para viver.

O comportamento do mercado de trabalho da região, gerando taxas de desemprego sempre inferiores às observadas no país, é o principal responsável pelo caráter relativamente inclusivo do modelo, embora tenhamos sempre de o considerar à luz do *trade-off* produtividade-desemprego. Ou seja, a região tem o desafio de manter o padrão de taxas de desemprego total e jovem que tem evidenciado num contexto em que as dinâmicas de inovação atrás assinaladas incrementem a produtividade.

**Figura 8. Taxa de desemprego na região Centro e em Portugal, 2000-2018**



Fonte: INE, Inquérito ao Emprego

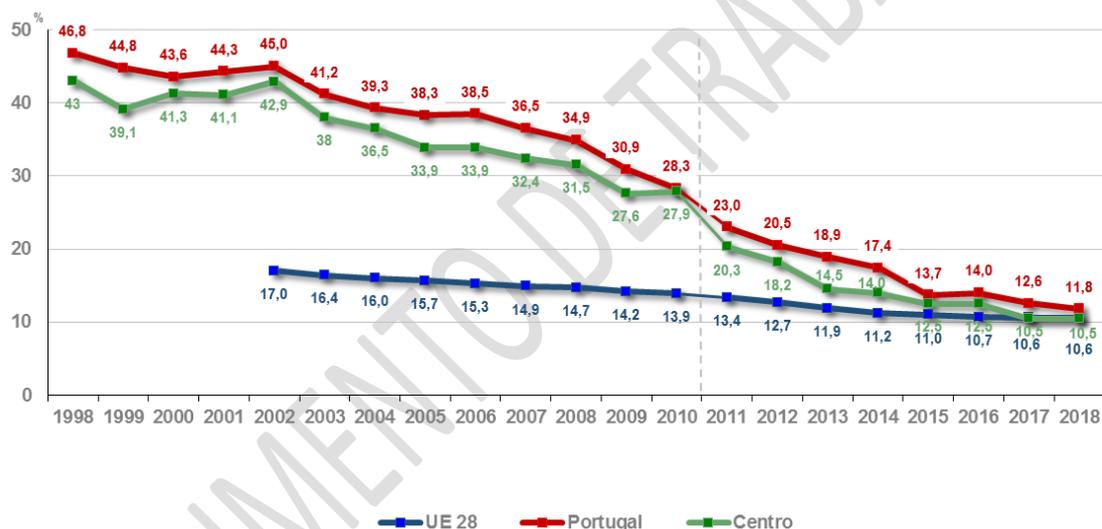
O comportamento da taxa de desemprego até ao ano de 2018 parece confirmar-se ao longo de 2019, embora a taxa do 1º trimestre de 2019 (7,8%) tenha sugerido alguma inversão, ideia que

<sup>5</sup> Adotar medidas destinadas a reduzir a segmentação do mercado de trabalho. Melhorar o nível de competências da população, em especial a sua literacia digital, tornando nomeadamente a educação dos adultos mais adequada às necessidades do mercado de trabalho. Aumentar o número de licenciados do ensino superior, em especial no domínio das ciências e das tecnologias da informação. Melhorar a eficácia e a adequação da rede de proteção social (COM (2019) 522 FINAL).

não foi confirmada com o valor do 2º trimestre (4,7%), continuando a apresentar-se como a região do país com mais baixa taxa de desemprego. A descida persistente e continuada do peso do desemprego de longa duração no desemprego total e da massa de desempregados de longa duração está em linha com aquela tendência, o que é uma referência relevante dada a diversidade e intensidade de situações sociais problemáticas que tendem a acompanhar a incidência do desemprego de longa duração. O contexto de redução do desemprego anuncia um outro universo de problemáticas, entre as quais podem mencionar-se novos padrões de desajustamento entre oferta e procura de trabalho, escassez de recursos humanos e novos entraves ao investimento.

Adicionalmente, tendo em conta a importância que a marginalização escolar assume em matéria de trajetórias de exclusão, as melhorias significativas observadas na região na taxa de abandono escolar, com redução de 32,5 p.p. face a 1998, podem também ser consideradas uma evidência do carácter inclusivo do modelo da região.

**Figura 9. Taxa de abandono escolar precoce (%)**



Fonte: INE, Inquérito ao Emprego

Se considerarmos outros referenciais comparativos confirma-se a posição relativamente favorável da região face às restantes regiões nacionais. É o caso da comparação envolvendo o painel de indicadores de monitorização do Pilar Europeu dos Direitos Sociais, UE, Portugal, Região Centro<sup>6</sup> (ver figura seguinte), segundo a qual se observa o claramente superior número de indicadores em que a posição da região Centro é mais favorável do que a registada para o país.

O mesmo pode dizer-se quanto a indicadores relativos a desigualdade de distribuição de rendimento e de perspetivas sintéticas da incidência da pobreza e exclusão social, em que se confirma a tendência da região Centro se apresentar em situação relativa mais favorável do que a observada a nível nacional.

<sup>6</sup> CCDRC (2020). O Pilar Europeu dos Direitos Sociais na Região Centro. E-Working Paper, janeiro de 2020.

Categoria	Áreas de Política	Indicadores	EU	Portugal	Região Centro	Fontes	
Igualdade de oportunidades e acesso ao mercado de trabalho	1. Educação, competências e aprendizagem ao longo da vida	Taxa de abandono precoce de educação e formação (18-24)	10,6% [2018]	11,8% [2018]	10,5% [2018]	Eurostat e INE (LFS)	
		Taxa de participação de adultos em ações de Aprendizagem ao Longo da Vida (25-64)	11,1% [2018]	10,3% [2018]	10,9% [2018]	Eurostat e INE (LFS)	
		Insucesso escolar	ND	ND	ND	OCDE	
		Taxa de escolaridade do nível de ensino superior (30-34)	40,7% [2018]	33,5% [2018]	35,5% [2018]	Eurostat e INE (LFS)	
	2. Igualdade de género no mercado de trabalho	Disparidades de género no emprego (em pontos percentuais, 20-64)	11,6pp [2018]	6,8pp [2018]	8,2pp [2018]	Eurostat e INE (LFS)	
		Disparidades de género no emprego a tempo parcial (em pp)	22,8pp [2018]	4,8pp [2018]	ND	Eurostat (LFS)	
		Disparidades salariais entre homens e mulheres (sem ajustamento)	16,0% [2017]	16,3% [2017]	ND	Eurostat (EU-SES)	
	3. Desigualdade e mobilidade ascendente	Desigualdade de rendimento (rácio S80/S20)	5,2 [2018]	5,2 [2018]	4,7	Eurostat e INE (EU-SILC)	
		Varição no desempenho explicada pelo estatuto socioeconómico dos alunos	ND	ND	ND	OCDE	
	4. Condições de vida e pobreza	Taxa de risco de pobreza ou exclusão social	21,9% [2018]	21,6% [2019]	20,4% [2019]	Eurostat e INE (EU-SILC)	
		Taxa de risco de pobreza	17,1% [2018]	17,2% [2018]	17,3% [2018]	Eurostat e INE (EU-SILC)	
		Taxa de privação material severa	5,9% [2018]	5,6% [2019]	4,1% [2019]	Eurostat e INE (EU-SILC)	
		Pessoas a viver em agregados com muito baixa intensidade trabalho	8,8% [2018]	6,2% [2018]	5,0% [2018]	Eurostat e INE (EU-SILC)	
		Taxa de privação severa das condições de habitação (% proprietários)	1,5% [2018]	2,7% [2018]	ND	Eurostat (EU-SILC)	
		Taxa de privação severa das condições de habitação (% inquilinos)	5,7% [2018]	7,8% [2018]	ND	Eurostat (EU-SILC)	
	5. Jovens	Jovens que não estão em emprego, formação ou educação (15-24)	10,5% [2018]	8,4% [2018]	7,2% [2018]	Eurostat e INE (LFS)	
	Mercados de trabalho dinâmicos e condições de trabalho justas	6. Estrutura da mão-de-obra	Taxa de emprego (20-64)	73,2% [2018]	75,4% [2018]	76,6% [2018]	Eurostat e INE (LFS)
			Taxa de desemprego (15-74)	6,8% [2018]	7,0% [2018]	5,8% [2018]	Eurostat e INE (LFS)
			Taxa de atividade (15-64)	73,7% [2018]	75,1% [2018]	75,5% [2018]	Eurostat e INE (LFS)
			Taxa de desemprego jovem (15-24)	15,2% [2018]	20,3% [2018]	18,9% [2018]	Eurostat e INE (LFS)
7. Dinâmica do mercado de trabalho		Taxa de desemprego de longa duração (15-74 anos)	2,9% [2018]	3,1% [2018]	2,5% [2018]	Eurostat (LFS)	
		Percentagem de trabalhadores (20-64 anos) por permanência no emprego atual (até 11 meses)	13,3% [2018]	15,1% [2018]	14,8% [2018]	Eurostat (LFS)	
		Percentagem de trabalhadores por permanência no emprego atual (de 12 a 23 meses)	9,4% [2018]	8,0% [2018]	7,4% [2018]	Eurostat (LFS)	
		Percentagem de trabalhadores por permanência no emprego atual (de 24 a 59 meses)	16,7% [2018]	14,7% [2018]	14,2% [2018]	Eurostat (LFS)	
		Percentagem de trabalhadores por permanência no emprego atual (5+ anos)	59,7% [2018]	62,1% [2018]	63,6% [2018]	Eurostat (LFS)	
Taxa de transição de trabalho temporário para permanente (média de 3 anos)		25,6% [2018]	30,3% [2017]	ND	Eurostat/EU-SILC		
8. Rendimento, incluindo relativo ao trabalho		Rendimento bruto não ajustado disponível dos agregados per capita Index 2008=100	106,26 [2018]	104,53 [2018]	ND	Eurostat, Contas Europeias	
		Taxa de risco de pobreza dos trabalhadores	9,5% [2018]	10,8% [2018]	11,3% [2018]	Eurostat e INE (EU-SILC)	
Proteção Social e Inclusão Social	9. Impacto das políticas públicas na redução da pobreza	Impacto das transferências sociais (excluindo pensões) na redução da pobreza	33,98% [2018]	24,22% [2018]	ND	Eurostat/EU-SILC	
		Despesa pública com proteção social (% do PIB)	18,8% [2017]	17,4% [2017]	ND	Eurostat/ESSPROS	
		Despesa pública com Saúde (% do PIB)	7% [2017]	6% [2017]	ND	Eurostat/ESSPROS	
		Despesa pública com Educação (% do PIB)	4,6% [2017]	5% [2017]	ND	Eurostat/ESSPROS	
		Rácio de substituição agregado das pensões	0,58 [2018]	0,67 [2018]	ND	Eurostat/ESSPROS	
	10. Serviços de apoio à primeira infância	Crianças (<3 anos) em acolhimento formal	35,1% [2018]	47,5% [2017]	ND	Eurostat/EU-SILC	
	11. Cuidados de Saúde	Necessidades insatisfeitas de cuidados médicos comunicadas pelo próprio (16+ anos)	2,0% [2018]	2,1% [2018]	ND	Eurostat/EU-SILC	
		Anos de vida saudável aos 65 (homens)	9,8 [2017]	7,9 [2017]	ND	Eurostat	
		Anos de vida saudável aos 65 (mulheres)	10,2 [2017]	6,7 [2017]	ND	Eurostat	
		Esperança de vida aos 65 (homens)	18,1 [2017]	18,3 [2017]	18,2 [2017]	ESTAT-DEM	
		Esperança de vida aos 65 (mulheres)	21,4 [2017]	22,1 [2017]	21,9 [2017]	ESTAT-DEM	
		Out-of-pocket expenditure on health care				Eurostat: TEPSR_SF310	
	12. Acesso digital	Competências digitais (% de indivíduos com competências básicas ou mais do que básicas)	57% [2017]	50% [2017]	ND	Eurostat/DESI	

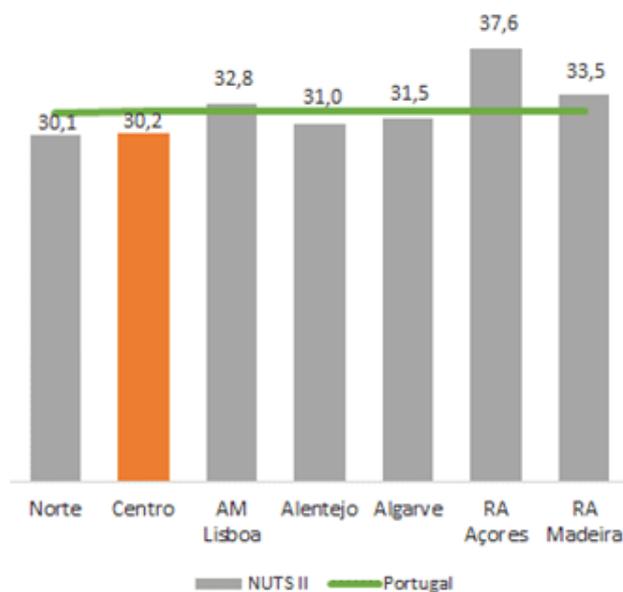
Atualização: 10/12/2019

ND: não disponível

(Obs.: ano de rendimento para EU-SILC)

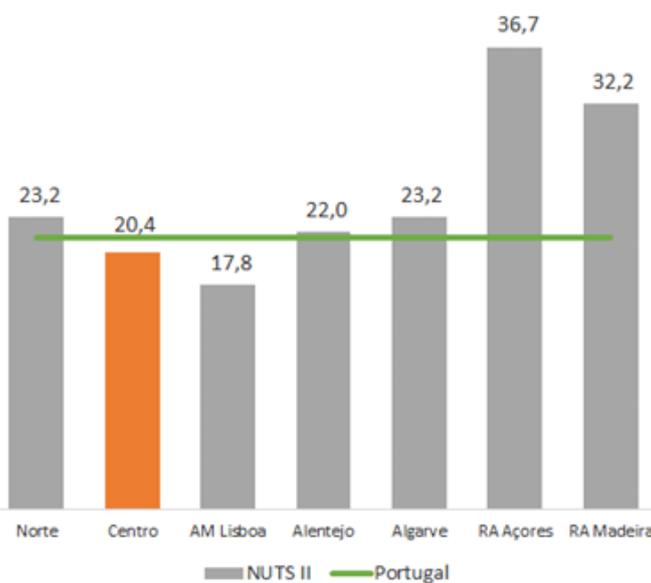
Legenda: Pior que PT Melhor que PT Melhor que PT e EU

**Figura 10. A desigualdade na distribuição do rendimento na região Centro face ao país  
(Coeficiente de Gini, NUTS II, 2018 - %)**



Fonte: EU-SILC, Eurostat e INE (dados provisórios para 2018)

**Figura 11. A taxa de risco de pobreza ou exclusão social (%) na região Centro face ao país**



Fonte: EU-SILC, Eurostat e INE (dados provisórios para 2019)

Em resumo, a região Centro apresenta no panorama nacional uma situação relativamente favorável em termos sociais, o que não invalida a necessidade de ter em conta: (i) dimensões em que a posição da região é desfavorável em relação ao referente nacional, como acontece, por exemplo, com a desigualdade de género cuja tendência de afastamento da média nacional tem sido sistemática desde 2013; (ii) a dimensão absoluta e não apenas relativa das problemáticas sociais; (iii) a eventual ocorrência de dificuldades de adaptação do sistema social da região a novas problemáticas sociais, designadamente as associadas ao declínio demográfico e ao isolamento de idosos.

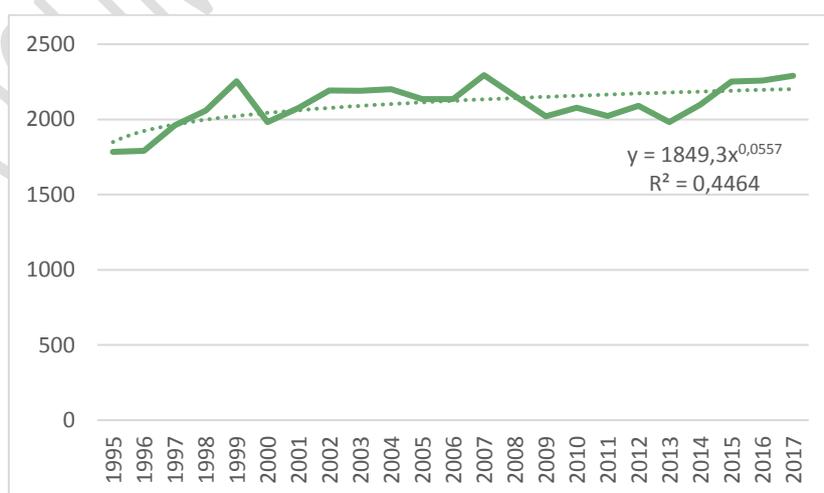
#### 4. A questão do modelo territorial da região e das dinâmicas para o reforço da coesão territorial

A região Centro continua a ocupar a segunda posição no índice de coesão como dimensão parcelar do Índice Sintético de Desenvolvimento Regional (ISDR) do INE, embora, para o último valor deste índice, apresente, pela primeira vez, um valor inferior à média nacional. É um facto que a região vinha apresentando valores sempre superiores à média nacional, embora com um desvio crescente face à região com índice mais elevado. Comparando as três dimensões do ISDR, é possível concluir que a dimensão da coesão é aquela que apresenta na região as disparidades mais baixas, o que é em si uma informação relevante já que ele reflete “o grau de acesso da população a equipamentos e serviços coletivos básicos de qualidade, bem como os perfis conducentes a maior inclusão social e a eficácia das políticas públicas traduzida no aumento da qualidade de vida e na redução das disparidades territoriais”, podendo assim considerar-se uma aproximação à coesão territorial.

Tem assim sentido questionar se as dinâmicas de inovação e menor maturação em termos de competitividade que caracterizaram a região Centro nos últimos tempos se traduziram por quebras de coesão territorial. Essa possível conclusão não é totalmente líquida. É um facto que quando se analisa o desvio-padrão dos PIB *per capita* (em PPC) das NUTS III da região se observa (ver gráfico abaixo) um aumento das disparidades medidas por aquele indicador, sugerindo que as disparidades tendem a aumentar em ciclos de crescimento e a diminuir ou a estagnar em ciclos de estagnação de crescimento ou recessivos.

No entanto, essa tendência não é totalmente confirmada por outros indicadores de disparidade. Ensaámos, por exemplo, o indicador singelo (Máximo/Mínimo) e nesse caso até se verifica uma redução da disparidade (ver gráfico). Ensaámos também o cálculo dos índices de Theil T e L para os anos de 2000, 2014 e 2017 e a sua evolução não evidencia aumento de disparidade<sup>7</sup>, antes pelo contrário apontando para a sua redução.

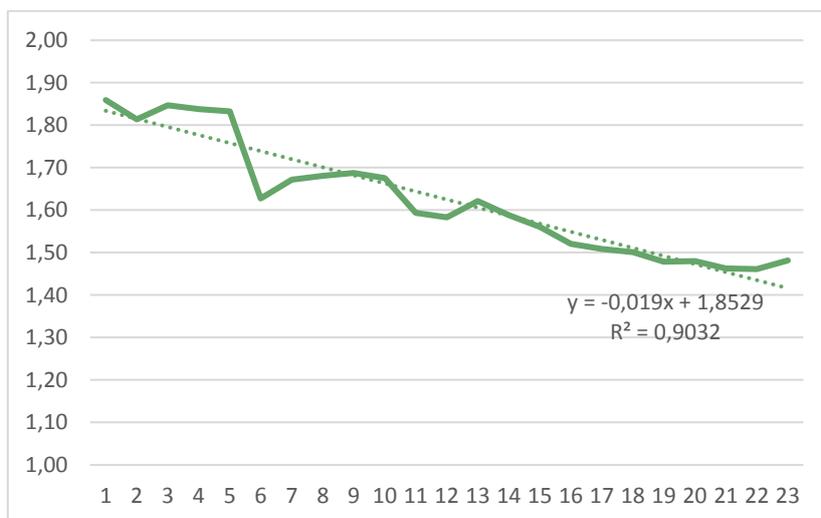
**Figura 12. Desvio-padrão do PIB per capita (em PPC) por NUTS III na região Centro, 1995-2017**



Fonte: elaboração própria

<sup>7</sup> Os dados já publicados de 2018 revelam um ligeiro aumento desta disparidade, sendo por isso necessário monitorizar a sua evolução futura.

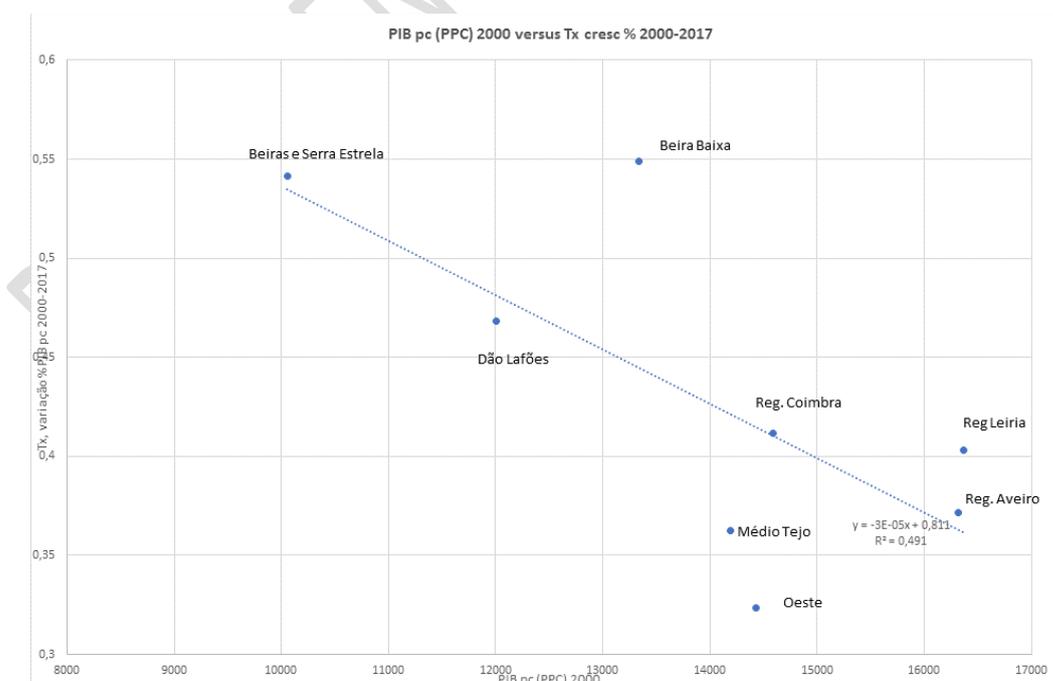
**Figura 13. Rácio Máximo PIB per capita (em PPC)/Mínimo PIB per capita (em PPC) por NUTS III região Centro, 1995-2017**



Fonte: elaboração própria

Ensaíamos ainda o confronto entre o PIB *per capita* (em PPC) das NUTS III da região Centro com a taxa de crescimento global dessa variável entre 2000 e 2017 (ver gráfico abaixo) e observamos que, em média, para um coeficiente de correlação que não é elevado, mas mesmo assim com algum significado, as NUTS III com menor PIB *per capita* em 2000 foram as que evidenciaram um crescimento mais elevado dessa variável. O que é uma medida imperfeita, mas frequentemente utilizada, de convergência absoluta entre as NUTS III.

**Figura 14. PIB *per capita* (em PPC) e taxa de crescimento do PIB *per capita***



Fonte: elaboração própria

O facto de não ser totalmente conclusivo saber se as dinâmicas de inovação na região Centro tenderam ou não a diminuir a coesão territorial da Região, agravando disparidades, pode ter uma leitura positiva. Isso quer significar que, ou os focos de inovação não estão limitados às NUTS III mais dinâmicas da região (o que apontaria para um efetivo alargamento da base territorial da competitividade na região), ou instrumentos de política pública compensatória estão a exercer algum efeito de balanceamento. Tudo isto sob a reserva de que o PIB *per capita* continua a ser um instrumento imperfeito de desenvolvimento e o conceito de coesão territorial é bem mais amplo do que os desvios de PIB *per capita* permitem medir.

A análise do índice sintético de coesão 2017 (INE) diz-nos que a região se divide em dois grupos de NUTS III:

- O grupo das NUTS III Centro com índice de coesão superior à média nacional (Regiões de Aveiro, Coimbra e Leiria);
- O grupo que apresenta valores inferiores à média nacional (as restantes NUTS III, com a NUTS III da Beira Baixa a apresentar o valor mais baixo).

O confronto destes valores do índice Sintético de Coesão INE com a evidência não conclusiva de que as disparidades inter NUTS III estejam inequivocamente a agravar-se abre uma relevante margem de manobra à região para no próximo período de programação continuar a balancear a consolidação das suas dinâmicas de inovação com a criação de novos focos territoriais para a favorecer e de transferência de conhecimento e de recursos para os territórios mais débeis.

O que nos leva à questão do modelo territorial e ambiental da região Centro e da sua evolução, com relevo para o modo como o Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território (PNPOT) olha a região.

Nesta matéria, a generalidade dos indicadores disponíveis aponta para a proeminência consolidada das dinâmicas empresariais e de inovação nas NUTS III Região de Coimbra, Região de Aveiro, Região de Leiria e Oeste. No entanto, a coexistência nesses territórios da concentração de ativos e recursos de inovação e de relevantes valias e vulnerabilidades ambientais transforma estes territórios não apenas em áreas nucleares da inovação na região, mas também de desafios de promoção da sustentabilidade e de proeminência nas estratégias de descarbonização e circularidade. As dinâmicas de inovação aqui representadas apresentam um elevado potencial de disseminação para territórios de proximidade e são também elementos parceiros de processos de transferência de conhecimento para territórios mais interiores.

Para um processo mais consistente de alargamento da base territorial de inovação e competitividade na região é necessário que novos focos territoriais de inovação possam surgir. A NUTS III de Viseu e Dão-Lafões assume neste objetivo um lugar de destaque pelo que pode veicular em termos de uma cobertura territorial mais equilibrada de dinâmicas empresariais e de inovação, assumindo uma posição de charneira entre as dinâmicas mais litorais e o envolvimento dos territórios mais interiores.

O envolvimento necessário dos territórios das NUTS III Beiras e Serra da Estrela, Beira Baixa e Médio Tejo nestas dinâmicas, com maior representação de territórios de baixa densidade e de escassez de iniciativa empresarial, passa essencialmente por duas vias: (i) potenciar os recursos de conhecimento e investigação concentrados nas instituições universitárias e politécnicas

localizadas nestes territórios (Universidade da Beira Interior, Instituto Politécnico da Guarda, Instituto Politécnico de Castelo Branco e Instituto Politécnico de Tomar) e as experiências associativas para o desenvolvimento local que operam nestes territórios para, no âmbito das prioridades da RIS3 Centro, gerar processos de valorização de recursos naturais e endógenos e atrair capacidade de investimento e jovens mais qualificados; (ii) intensificar e valorizar processos de cooperação e parceria com os centros de produção de conhecimento, inovação e incubação localizados fora destes territórios.

Para que o envolvimento destes territórios na partilha das dinâmicas de inovação em curso na região seja possível importa que as estratégias de desenvolvimento territorial aí formadas e revisitadas em função do próximo período de programação possam contribuir para uma menor dispersão territorial de iniciativas e de investimentos, concentrando recursos e comprometendo entidades e projetos apoiados no objetivo de atingir uma incidência territorial mais alargada dos seus resultados.

## 5. Constrangimentos e desafios

### 5.1. Constrangimentos

Toda a estratégia de desenvolvimento territorial assenta numa procura de equilíbrio na abordagem aos principais constrangimentos estruturais que podem bloquear o desenvolvimento do território e à valorização dos ativos-recursos em torno dos quais é possível construir um futuro diferenciado e competitivo.

Dos ativos-recursos diferenciadores da região as secções anteriores deram conta, procurando evidenciar as suas dinâmicas mais recentes de afirmação. É tempo agora de identificar os constrangimentos estruturais, incidindo especialmente naqueles cuja superação/minimização é suscetível de justificar alocação relevante de recursos de programação.

#### *O declínio demográfico*

Este constrangimento não é específico da região Centro, nem sequer eventualmente assume na região os contornos mais severos. Poder-se-á mesmo aceitar que pode ser considerado “emergência nacional” sobretudo tendo em conta a rapidez com que o crescimento natural da população vai diminuindo, sendo já negativo em territórios que há bem pouco tempo podiam ser considerados oásis demográficos. Para além disso, sabe-se como, do ponto de vista das repercussões que o declínio demográfico tende a provocar rebaixando o produto potencial das economias regionais, esta situação é agravada pelo facto da economia portuguesa estar sujeita a um *gap* de produtividade-salários face aos países mais desenvolvidos da União Europeia. Em condições de declínio demográfico, este *gap* salarial constitui sempre um fator de atração para a diáspora qualificada que tende assim a prolongar os efeitos do declínio demográfico em matéria de produto potencial regional.

Porquê então salientar este constrangimento estrutural no quadro regional se ele faz parte do que poderíamos designar como uma emergência nacional?

Para além da evidência de que o fenómeno da diminuição do crescimento natural para valores negativos atinge já um conjunto relevante de municípios localizados nas áreas que constituem os principais focos territoriais de inovação, o declínio demográfico majora significativamente a vulnerabilidade dos territórios mais interiores da região.

Tomando por referência o período 2011-2018, apenas um município da região (Entroncamento), não viu o seu crescimento natural diminuir e mesmo esse município tem apenas uma ligeira variação percentual positiva (+0,28%). Nesse mesmo período, 18 municípios da região apresentaram quedas percentuais do crescimento natural superiores a 10%, todos eles situados em territórios mais interiores. Para um período de maior duração, 2000-2018, a situação não é significativamente distinta, aumentando apenas o número de municípios que não viram nesse período o crescimento natural diminuir (10), o que sugere que a queda do crescimento natural tem vindo a acentuar-se nos tempos mais recentes. No período 2011-2018, apenas 7 municípios registaram aumentos de população residente, o que significa que na grande generalidade dos municípios as migrações de população não lograram compensar o crescimento natural negativo.

Nessa perspetiva, e na medida em que a redução dessa vulnerabilidade constituirá uma prioridade da estratégia regional no sentido de melhorar as condições de atração de investimento e recursos humanos a esses territórios, o declínio demográfico constitui-se em constrangimento estrutural ao qual a programação 2021-2027 deverá proporcionar recursos para a sua minimização.

Os trabalhos de investigação realizados na Universidade de Aveiro ao construir cenários demográficos em que a variável demográfica é combinada com questões de crescimento económico e de produtividade aparente do trabalho são bem ilustrativos do constrangimento estrutural aqui considerado e da relevância que a atração de imigrantes representa. Em trabalho recente apresentado num debate sobre os territórios transfronteiriços (em que o território mais interior da região Centro está abundantemente representado), a síntese das dinâmicas demográficas e económicas para o cenário 2040 era caracterizada pelos seguintes tópicos: “(i) forte declínio da população rural; (ii) redução em linha com a média nacional da população nos centros urbanos da área em análise; (iii) forte redução da população jovem em toda a área; (iv) decréscimo significativo da população em idade ativa; (v) nas áreas periféricas até a população idosa diminui”.

Adicionalmente, é necessário ter em conta o agravamento do duplo envelhecimento na região caracterizado pelo aumento da população idosa e pela redução da população jovem. A Região Centro evidencia um forte envelhecimento populacional. Em 2018, havia 199 idosos (com 65 ou mais anos) por cada 100 jovens (menos de 15 anos), quando há duas décadas atrás eram 128, sendo a segunda região do país com maior índice de envelhecimento (a seguir ao Alentejo). A situação regional é ainda mais gravosa do que em termos médios nacionais, em que este índice é de 159. Deste ponto de vista, a região é também um território bastante assimétrico, com o litoral a apresentar uma população relativamente menos envelhecida do que o interior. Simultaneamente, a proporção de população jovem na região Centro diminuiu de 15,2% em 2000 para 12,2% em 2018.

Neste sentido, devem ser prosseguidas políticas de promoção da natalidade, de reforço do papel da população idosa no mercado de trabalho e de incentivo a um envelhecimento mais ativo e saudável. Neste último caso, a CCDRC tem já desenvolvido um conjunto de iniciativas, pela relevância que esta temática assume em todo o território.

Dada a relativamente escassa massa demográfica volante para alimentar migrações internas em resposta a políticas mais ambiciosas de atração de população nacional a estes territórios, a criação de condições para a atração e integração socioeconómica de população estrangeira deve integrar progressivamente as agendas municipais e intermunicipais desses territórios. Certamente que a ambição de chamar de novo ao país pelo menos parte da diáspora jovem qualificada que abandonou o país na sequência do forte e penoso ajustamento a que a economia portuguesa foi sujeita deve constar também dessa ambição. Mas, nesse domínio, o *gap* salarial que fundamentou a saída permanecerá como obstáculo ao retorno.

### *Os constrangimentos que continuam a penalizar o desempenho de inovação da região*

A valorização dos ativos-recursos responsáveis pelas dinâmicas mais promissoras de inovação na região não pode fazer esquecer as insuficiências que continuam a penalizar o desempenho inovação da região e a sua tradução em níveis de competitividade mais resilientes face às incidências de indeterminação e instabilidade da economia mundial. Indicadores compósitos ou de síntese como o Índice de Competitividade da Comissão Europeia ou o que subjaz à hierarquização do posicionamento das regiões no *Regional Innovation Scoreboard* constituem auxiliares preciosos para essa identificação, pois a partir dos vários critérios contemplados é possível ajuizar da posição relativa da região, isolando os *gaps* mais desfavoráveis.

Assim, domínios como a submissão de patentes entendidas como indicador de *output* tecnológico, a quota de emprego nas indústrias de alta e média-alta tecnologia e nos serviços de conhecimento intensivo, as publicações conjuntas entre o setor público e o setor privado ou a despesa do setor privado em investigação e desenvolvimento continuam a rebaixar a posição relativa da região. O que é relevante assinalar é que estas insuficiências de desempenho materializadas nestes indicadores se devem a condições organizacionais, de recursos e de conhecimento sobre as quais importa continuar a trabalhar de modo a corrigir *gaps* e a melhorar globalmente o desempenho inovação.

Entre as dimensões que importa relevar podem mencionar-se as seguintes:

- A criação de condições nas PME para melhorar a sua capacidade de absorção da transferência de conhecimento, designadamente fomentando a criação de núcleos internos vocacionados para a transferência de conhecimento e sua incorporação e disseminação internas (algo de similar aos núcleos de I&D mas focados na organização para a transferência de conhecimento e sua absorção empresarial);
- A multiplicação de processos combinados de reforço da internacionalização das empresas da região e de processos concomitantes de inovação;
- O desincentivo à multiplicação de centros de incubação de novos projetos empresariais, focando apoios na criação de centros de recursos de suporte à incubação com reforço da dotação de recursos humanos e de conhecimento valorizadoras das funções a montante desse processo;

- O apoio à disseminação de estratégias organizacionais focadas na valorização de culturas de mérito-inovação em entidades com potencial para incrementar a intensidade de transferência de conhecimento para as empresas.

### *As incongruências da governação multinível*

A progressiva diversificação do quadro institucional de suporte ao desenvolvimento regional e local na região resulta de duas dinâmicas nem sempre coerentemente articuladas: as dinâmicas ascendentes (*bottom-up*) que desenvolvem voluntária e conscientemente parcerias para um melhor aproveitamento dos recursos regionais e locais e do potencial de sinergias entre diferentes entidades e territórios; o efeito das políticas públicas, nacionais e comunitárias, que vão estimulando e promovendo inovação institucional de base territorial. O problema é que nem sempre a sucessão de períodos de programação promove a continuidade de experiências institucionais criadas para esse efeito. A multiplicação de formas associativas e de cooperação que daí resulta tende a gerar um tecido institucional frequentemente frágil na sua dotação humana e de recursos de sustentação, que nem sempre é proporcionado face aos níveis de densidade institucional já atingido nos territórios e à abundância/escassez de recursos de iniciativa e de coordenação existentes nos territórios.

Essas falhas de coordenação não são apenas observáveis na cooperação horizontal (articulação entre diferentes entidades de âmbito regional ou local situadas ao mesmo nível da hierarquia administrativa), mas também no que respeita a falhas de coordenação entre diferentes níveis operando nos mesmos territórios, algumas vezes não coincidentes (cooperação vertical).

Uma outra questão que se transforma em constrangimento deriva do facto da governação nacional das políticas públicas nem sempre valorizar, no que se refere a uma governação multinível equilibrada, o potencial das figuras institucionais estimuladas pela programação comunitária, submetendo essas fórmulas institucionais a modelos fortemente centralizados e envolvendo pesadas cargas burocráticas de funcionamento que agravam as já débeis dotações de recursos humanos.

Para além disso, a nível regional, sub-regional e local o panorama não é homogéneo quanto às capacidades de liderança, de reconhecimento do papel desempenhado pelas sociedades civis locais, de geração de receitas próprias e de dotação de recursos técnicos e humanos. Frequentemente, as políticas públicas que recorrem a estas organizações como entidades de intermediação junto de beneficiários potenciais partem do princípio de que existe homogeneidade territorial de capacidades e pensam as intervenções em função da capacidade organizativa dos exemplos mais avançados de apetrechamento.

Em termos de constrangimento, o resultado é um tecido bastante heterogéneo, participando ativamente em processos para os quais não está preparado, assumindo por vezes funções gestórias que inibem a concretização do seu papel de agentes animadores do desenvolvimento local e sub-regional. Como é óbvio, a natureza dos problemas não é similar em entidades como as CIM ou em associações mais vocacionadas para o desenvolvimento local. Haverá, sobretudo, de ter em conta o modo como as CIM da região assumiram e internalizaram

novas competências. Neste contexto, a identificação dos processos de capacitação com simples processos de formação é bastante redutora do âmbito que deve alcançar. Essa capacitação deverá alicerçar-se num universo mais abrangente de modalidades e vias de capacitação envolvendo exercícios de planeamento estratégico, de concretização de projetos de desenvolvimento territorial, de reforço de dotação de recursos técnicos e humanos, de identificação mais rigorosa de necessidades sub-regionais e locais que a entidade pode colmatar através dos seus serviços, de políticas mais seletivas de formação e mobilização de parcerias, de avaliações de impacto da sua atividade e ampla comunicação e divulgação de resultados obtidos, enfim um espectro vasto de modalidades de capacitação em que a formação-ação pode ter lugar mas a ela não ser reduzida.

Como é óbvio, o papel central das CCDR neste processo é essencial para influenciar o modo de correção das incongruências do modelo atual.

### *O défice crónico de qualificações*

Numa região que aposta nos efeitos de disseminação das dinâmicas de inovação que têm vindo a diferenciar a região, é compreensível que o problema do défice de qualificações a existir tenha de ser considerado um constrangimento estrutural. Este constrangimento é tanto mais relevante quanto é conhecido que o já mencionado declínio demográfico tenderá a fazer diminuir o volume da força de trabalho, independentemente do modo como evoluir a sua estrutura de qualificações.

Tenham-se ainda em conta duas limitações: por um lado, a massa de migrações possíveis no interior do território continental é reduzida e, por outro lado, a atração de população estrangeira é condicionada por um efeito global de país que se sobrepõe à proatividade dos territórios locais. Quanto a este último condicionante, haverá que seguir com atenção algumas experiências bem-sucedidas praticadas por algumas instituições de ensino superior, designadamente do ensino superior politécnico. Essa captação em termos de formação superior poderá ser entendida como um estágio inicial de uma estratégia mais ampla de fixação.

A superação do défice de qualificações da região enquanto constrangimento estrutural do seu desenvolvimento tem de ser equacionado no âmbito de uma estratégia abrangente que envolva pelo menos as seguintes dimensões:

- A manter ou mesmo reforçar a atenção ao problema do abandono escolar, contribuindo para a promoção do sucesso educativo dos jovens da região, como forma de assegurar uma real igualdade de oportunidades para todos;
- A continuada aposta na formação e qualificação iniciais de jovens, projetando no mercado de trabalho gente mais qualificada e mais apta a desenvolver as suas próprias estratégias pessoais de valorização de qualificações, num quadro de preparação para uma navegação profissional cada vez mais incerta e flexível;

- O necessário incremento da qualidade do ensino profissional fazendo dessa aposta na qualidade da oferta (e um efetivo ajustamento às especificidades empresariais e de recursos dos respetivos territórios) o melhor instrumento para melhorar as condições de procura social deste tipo de ensino e valorizar as suas condições de empregabilidade junto dos empresários;
- Uma maior aposta (desafio da programação nacional) na formação de ativos, seja melhorando as condições de adaptabilidade à mudança e à navegação profissional de empregados, seja continuando a pugnar pela formação para a reconversão de desempregados com mais reduzida probabilidade de regresso às suas atividades e profissões;
- Um grande esforço de disseminação de competências digitais para um espectro largo de ativos com diferentes graus de qualificação académica e profissional;
- O maior alinhamento da formação avançada, superior e pós-graduada, com as prioridades da RIS3 Centro, envolvendo progressivamente os empresários da região e as instituições de base tecnológica e de intermediação da transferência de conhecimento na prospetiva de qualificações ditadas pelas trajetórias de inovação que a região pretende trilhar;
- Uma atenção permanente aos riscos de “*skill bias*” que os processos de inovação tecnológica acelerada tendem a desenvolver, procurando envolver os diferentes patamares de qualificações na modernização tecnológica, ou seja, com atenção às qualificações intermédias associadas a processos de inovação tecnológica.

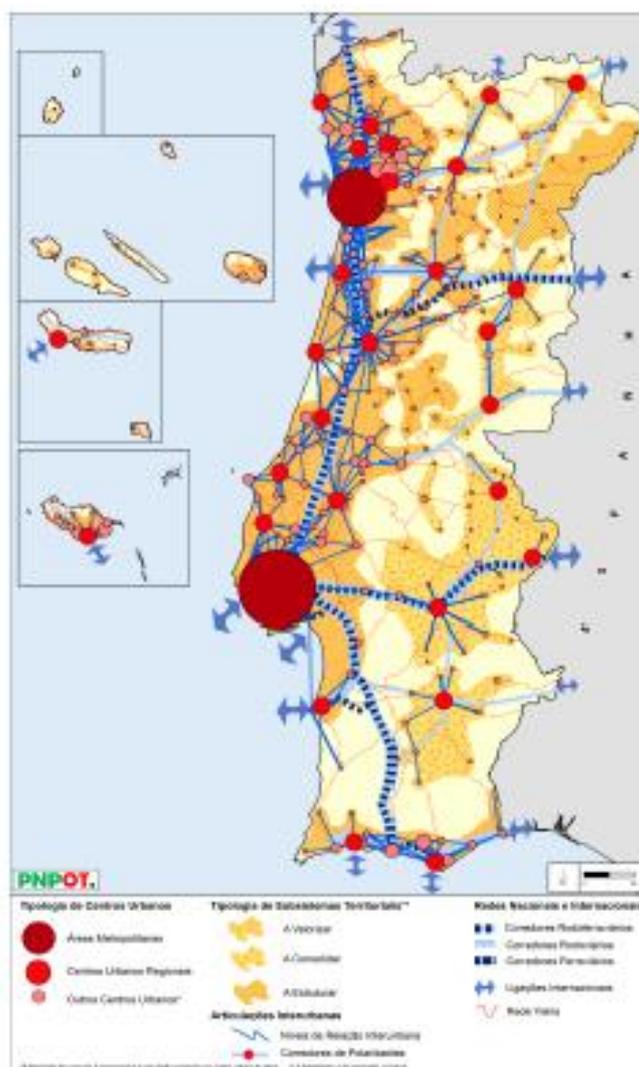
#### *As carências em termos de infraestruturas e serviços avançados de suporte à internacionalização e competitividade*

Tal como decorre do sistema urbano do modelo territorial preconizado na revisão do PNPOT, a região Centro emerge representada segundo uma estrutura policêntrica de centros urbanos enquadrada a norte e a sul pelas aglomerações metropolitanas do Porto e Lisboa, com as quais algumas NUTS III da região mantêm uma forte proximidade e partilha de influência<sup>8</sup>.

---

<sup>8</sup> Ver trabalhos de análise de suporte ao PNPOT.

Figura 15. Sistema Urbano do Modelo Territorial



Fonte: Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território (PNPOT)

A região Centro tem sabido explorar as virtualidades do seu sistema urbano policêntrico, o qual está fortemente representado nas dinâmicas de inovação que têm proporcionado à região uma elevada notoriedade e reconhecimento. Porém, do ponto de vista das infraestruturas e serviços avançados de suporte à internacionalização e competitividade, que são cruciais para que as dinâmicas de inovação da região possam ocorrer em condições de um ainda maior peso de atividades transacionáveis e reforço da internacionalização, observando-se que tais infraestruturas e funções têm sido atraídas pelas aglomerações metropolitanas de Lisboa e do Porto.

É assim fundamental que a região consiga algum equilíbrio entre a valorização das virtualidades do seu sistema urbano policêntrico e correspondente inserção nas valias do sistema regional de inovação do Centro e a minimização dos constrangimentos em matéria de internacionalização e competitividade que decorrem das limitações face às aglomerações metropolitanas de Lisboa e Porto.

O esforço de minimização dos constrangimentos atrás assinalados passa essencialmente por duas vias complementares:

- Por um lado, impõe-se a melhoria da conectividade da região Centro às plataformas aeroportuárias, portuárias e logísticas de Lisboa e Porto, com ênfase no envolvimento da região no Corredor Ferroviário do Atlântico e uma futura e esperada melhoria das condições de ligação de passageiros entre Coimbra e Lisboa e Porto em termos de tempo de viagem e consequentes ajustes tarifários corrigindo situações penalizadoras para a região;
- Por outro lado, é necessário que a região Centro possa atrair mais serviços avançados e intensivos em conhecimento de suporte à internacionalização, inovação e competitividade, tirando partido das massas críticas de conhecimento e de recursos humanos avançados disponíveis na região.

Esta estratégia de minimização de constrangimentos parece mais inteligente do que a vã tentativa de mimetizar as aglomerações metropolitanas de Lisboa e Porto, que pode revelar-se incompatível e até penalizadora da valorização das virtualidades do sistema urbano policêntrico da região.

## 5.2. Os principais desafios

### O desafio da transformação das dinâmicas de I&D – inovação em melhorias efetivas de competitividade e de sustentação do emprego e rendimento

Este desafio constitui preocupação central da RIS3 Centro e da sua revisão. Ele consiste em tirar partido das capacidades e recursos de inovação que a região tem vindo a consolidar para, num quadro de escolhas estratégicas a validar com o sistema de atores do SRI do Centro, acelerar a transformação económica regional e projetá-la em melhorias de competitividade e condições mais favoráveis de fixação na região dos recursos humanos mais qualificados.

A superação do *gap* existente entre potencial de inovação e níveis de competitividade constitui em si próprio um desafio, na medida em que: (i) a maturação dos processos de I&D – inovação em resultados empresariais é lenta e nem sempre as políticas públicas de inovação conseguem acompanhar toda essa maturação de resultados; (ii) as mudanças organizacionais nas empresas nem sempre são atempadamente concretizadas de modo a favorecer a procura de inovação e a sua absorção; (iii) a baixa dimensão média do tecido empresarial da região e a situação de “*price takers*” nos mercados mundiais em que operam tendem a dificultar a inovação; (iv) continuam a observar-se largas margens para a intensificação das práticas colaborativas das empresas com as entidades do SRI Centro, incluindo as que revelam uma maior proximidade às necessidades empresariais; (v) embora em si relevantes e reveladoras de dinamismo empresarial, as “empresas gazela” identificadas na região não podem por si só dinamizar todo um universo de efeitos de demonstração, contágio ou de relações interempresariais desejáveis para um alargamento da sua experiência, exigindo outros veículos complementares do seu papel suscetíveis de trazer escala a esses processos.

### **O desafio da redução dos níveis de vulnerabilidade dos territórios mais interiores e da recuperação da sua imagem e resiliência como possíveis atractores de iniciativas, de jovens e de investimento**

Os territórios de mais baixa densidade da região para além do risco do declínio demográfico se transformar em círculo vicioso do desenvolvimento enfrentaram, com as duas vagas de incêndios florestais, uma clara intensificação da sua vulnerabilidade e ainda uma significativa deterioração da percepção das condições de vida aí observadas por parte da população residente noutros territórios.

Para além de outros apoios e ajudas, o POR Centro aprovou, até 30.11.2019, projetos de investimento no âmbito da resposta nacional e regional aos incêndios na região no montante de cerca de 150 milhões de euros de investimento elegível. Para além da magnitude desse investimento apoiado, a análise dos projetos aprovados põe em evidência a existência nesses territórios de uma atividade económica que tende a ser desconhecida e a passar relativamente ignorada, dada a propensão de uma mal informada opinião para restringir a atividade económica que opera nesses territórios a tipologias de atividades e negócios relacionados com o turismo em espaços rurais e de baixa densidade. A listagem de projetos atrás mencionada permite aceder a um universo de iniciativas empresariais que está bem para além dessa percepção, onde coexistem formas de resiliência económica em atividades mais tradicionais com exemplos de mudança e de inovação em meio rural.

Esta evidência é muito relevante para se operar a recuperação das condições de resiliência destes territórios, afinal o meio mais seguro de reduzir a sua vulnerabilidade trazida pelo declínio demográfico, sem embargo das melhorias necessárias a nível de prevenção e combate a incêndios florestais e de gestão da floresta, matérias de âmbito claramente nacional. Essa via é também a mais segura para combater a percepção destes territórios como territórios de risco acrescido, o que por sua vez tenderá a impactar favoravelmente a sua percepção como destino possível de inícios de vida e de outros projetos profissionais.

### **O desafio de promover a resiliência e atração de pessoas e investimento aos territórios mais interiores com mudanças estruturais dos seus sistemas produtivos de modo a integrar a situação de stresse hídrico em que tais territórios estão mergulhados**

Esta é uma das mais relevantes consequências da emergência climática que atravessa a região. Em poucas palavras, o desafio equivale a num único sistema de equações promover a resiliência, dinamizar atividade e atrair pessoas e investimento e, simultaneamente, reconverter sistemas produtivos e padrões de culturas integrando o cenário de stresse hídrico com um outro olhar sobre o uso racional do recurso água.

### **O desafio de que o aprofundamento e intensificação das dinâmicas de inovação reforce o modelo territorial equilibrado da região**

Os resultados que têm vindo a ser conhecidos nesta matéria são promissores e o desafio consiste no alargamento e consolidação desses resultados. Trata-se de conseguir que as dinâmicas de inovação emergentes a partir dos pontos mais avançados do SRI Centro continuem

a potenciar a virtuosidade do sistema urbano policêntrico da região Centro e a não deixar para trás os territórios que carecem dos resultados dessas dinâmicas, mas que não apresentam os mesmos ativos e recursos dos restantes territórios.

A RIS3 Centro foi pioneira e constitui mesmo o único exemplo no país em que a inovação em meio rural e também a conquista de resultados de progressão na cadeia de valor de recursos naturais endógenos integram as suas prioridades e dão origem a plataformas colaborativas operando no interior do seu modelo de governação.

O desafio está no aprofundamento de tais opções, fazendo-as alinhar com o propósito de dinamizar agendas de transformação económica regional a partir do maior afinamento de prioridades da RIS3 Centro.

### O desafio das coberturas sociais para as novas tipologias de problemas suscitados pelo declínio demográfico

Vimos anteriormente que, sobretudo na sequência do bom desempenho relativo da região em termos de taxa de desemprego e de incidência do desemprego de longa duração e da capacidade de resposta da diversidade de instituições sociais que operam na região, o Centro tende a apresentar no panorama nacional uma situação relativa favorável, registando-se com frequência o facto da região ser aquela que apresenta os melhores indicadores entre as sete regiões NUTS II.

Neste contexto, tem sentido questionar-se a razão de inscrever um desafio social na discussão das orientações que a preparação do período de programação deve prosseguir.

A ideia da problemática social constituir um desafio radica sobretudo em três argumentos:

- **O primeiro** consiste no desafio da cobertura dos problemas sociais evoluir de um paradigma em que se tenha em conta a situação relativa da região para um outro em que a dimensão absoluta dos problemas constitua o principal referente; extremando o argumento, pode dizer-se que para problemáticas também extremas de privação, como por exemplo, o fenómeno dos sem-abrigo, não tem sentido orientar realizações para a melhoria da posição relativa de um município ou cidade, mas antes eleger a meta da erradicação do fenómeno; procurando agora argumentação para uma problemática social não tão específica ou radical, pode por exemplo dizer-se que por mais melhorias relativas observadas no indicador de risco de pobreza ou exclusão social, o combate à dimensão absoluta do problema não pode ser enfraquecido;
- **O segundo** consiste em considerar o desafio de intervenção em problemáticas cujo indicador é menos favorável do que a situação registada a nível nacional; trata-se de acautelar a melhoria de uma situação relativa, relevando, por exemplo, o problema do envelhecimento populacional e no painel de indicadores relativos ao pilar social europeu avulta a posição mais desfavorável da região em termos de disparidades de género no emprego; há assim espaço para a região Centro se perfilar com um programa mais audacioso de apoio a experiências paradigmáticas de conciliação da vida profissional e familiar, estimulando as empresas da região a investir em programas de

responsabilidade social corporativa reduzindo as disparidades de género e as suas consequências sobre a fraca socialização da fertilidade;

- **O terceiro** consiste em colocar na programação o desafio de geração de novas respostas sociais a novas problemáticas ou à intensidade da complexidade de problemáticas já conhecidas e objeto de cobertura, como é o caso do envelhecimento; a excessiva associação que foi criada entre respostas de inovação social e recurso a instrumentos financeiros deve ser analisada com cautela e com avaliação aprofundada, já que essa associação afastou prematuramente algumas entidades da economia social da inovação social, registando-se mesmo o paradoxo de algumas respostas inovadoras não serem consideradas como tais devido à rejeição da mobilização de instrumentos financeiros para o seu financiamento.

### **O desafio da capacidade de transformação do conhecimento e capacidade de investigação para a emergência climática e valorização da economia circular em capacidade alargada de geração de projetos estruturantes para a região**

A preparação da Agenda Regional para a Economia Circular permitiu identificar na região conhecimento, iniciativa e experiências colaborativas relevantes para essa importante transformação dos modelos de negócio e de produção enquanto dimensão de uma transição energética mais abrangente, abrindo e alargando no mercado oportunidades para a transição para a economia circular. Do mesmo modo, pode pensar-se que o sistema científico da região tem recursos e capacidades para fortalecer a posição da região em matéria de concretizar um plano de ação consequente para enfrentar a emergência climática, numa espécie de ponte entre os sérios problemas de erosão costeira e problemas associados aos riscos de intensificação de fogos florestais nas zonas mais interiores e oferecendo respostas consequentes às inúmeras situações de stress hídrico registados na região.

O desafio configura-se sobretudo em função da massa de recursos financeiros que a próxima programação tenderá a alocar às questões da emergência climática, na sequência da aposta realizada nesse tema pela nova Presidente da Comissão Europeia através do chamado *Green Deal*.

Conhecidos que são os problemas de implementação que a estratégia de valorização de eficiência energética teve na programação atualmente em curso com queda de muitas das expectativas que foram associadas a essa dimensão da programação, é lógico que a resposta à prioridade da emergência climática e descarbonização das economias constituirá um enorme desafio em termos de capacidade regional de geração de projetos. Alguns planos conhecidos de âmbito intermunicipal para o combate e mitigação das alterações climáticas não atenuam por si só essa preocupação dada a sua incipiente configuração em termos de planos de ação concretos e famílias de projetos. Por isso, esta questão é configurada como desafio, até porque não é líquido que seja possível encontrar ainda na programação em curso oportunidades de financiamento para ações preparatórias e formatação de planos de ação.

## O desafio das qualificações e competências

Para que os resultados já alcançados em matéria de inovação tenham repercussão no aumento da competitividade da região e na redução da sua vulnerabilidade a padrões de maior incerteza na economia global e seus reflexos na economia portuguesa, a região enfrenta o desafio de dotar essa transformação das qualificações e competências necessárias. É um desafio abrangente que não pode limitar-se à formação inicial nos seus vários níveis das qualificações intermédias às mais avançadas, integrando uma capacitação de banda larga para a transformação digital. É tempo de insistir na batalha da formação de ativos e da aprendizagem ao longo da vida, procurando que os ativos que tiveram formação segundo outros paradigmas de maior estabilidade de empregos e os que ficaram substancialmente aquém de mínimos de formação possam ganhar competências para uma navegação profissional em contextos de maior incerteza e de rotação de empregos.

Sabemos hoje que as dinâmicas de inovação têm nos tempos mais recentes promovido situações de favorecimento das qualificações mais avançadas (*skill bias*) e fenómenos de polarização no mercado de trabalho que penalizaram profissões mais rotinizáveis e mais seriamente impactadas pelos diferentes processos de automação industrial. A formação profissional e o ensino profissional são veículos de minimização dessas tendências, constituindo por isso vias de inclusão se forem planeadas para atingir tais objetivos.

## O desafio de no contexto da revisão e implementação do novo ciclo de políticas guiado pela RIS3 Centro se operacionalizar o incremento da variedade relacionada e da progressão na cadeia de valor da economia regional e estimular a formação distribuída territorialmente por toda a região de processos de descoberta empreendedora.

A RIS3 Centro está em processo de revisão.

Dada a importância crucial que o bom rumo e implementação da RIS3 Centro assumem enquanto instrumentos de concretização da estratégia regional para o próximo período de programação, embora como é óbvio não esgote a paleta de instrumentos necessários para a concretizar, a revisão da RIS3 Centro é, em si próprio, um desafio relevante. A dimensão relevante desse desafio consiste na escolha do que deve ser objeto de prioridade da RIS3 Centro enquanto agenda de transformação económica regional do tipo “place-based”, isto é, considerando sempre a dimensão territorial dos seus efeitos.

O desafio global declina-se em alguns temas particulares:

- O incremento e afinamento das condições de variedade relacionada que constituem o cerne das S3 (*Smart Specialisation Strategies*);
- A obtenção de resultados concretos em termos de progressão na cadeia de valor de algumas das bases da especialização produtiva regional;
- A progressiva internacionalização das atividades de I&D e a sua progressiva integração em redes e projetos europeus, capitalizando sinergias à escala europeia;
- O reconhecimento da importância do alinhamento das prioridades regionais com as de outras regiões europeias e, neste contexto, à cooperação inter-regional enquanto instrumento privilegiado de integração da região em cadeias de valor globais

- O incremento e diversificação dos processos de empreendedorismo suscitados pela nova agenda colaborativa entre produtores de conhecimento, tecnologia e utilizadores avançados;
- O progressivo foco do SRI Centro nas necessidades e oportunidades de inovação das empresas, organizando-se progressivamente a partir desse núcleo central;
- A relação com a ENEI também revista sobretudo do ponto de vista da valorização das prioridades concedidas a domínios de conhecimento a montante das prioridades temáticas da RIS3 Centro;
- O progressivo envolvimento dos territórios de baixa densidade na triangulação da variedade relacionada.

Por todas estas razões, a revisão da RIS3 Centro constitui-se em desafio central da própria estratégia regional.

DOCUMENTO DE TRABALHO

## 6. Uma Visão para a Região consistente com a erradicação de constrangimentos e resposta aos desafios estruturais e capaz de valorizar recursos e capacidades de inovação

A Visão que é proposta à discussão da Estratégia Regional 2021-2027 declina-se nos seguintes **desígnios**:

**Uma região que reforça a sua competitividade nacional e internacional e consolida um modelo de inovação territorial e socialmente inclusiva**, pugnando para que as dinâmicas mais proeminentes de inovação se alarguem territorialmente, seja pela criação de novos focos de inovação em territórios menos densos e empreendedores, seja pela transferência de conhecimento enquanto veículo de atração de investimento e de jovens com qualificações superiores.

**Uma região que trabalha e promove a capacitação para a resiliência dos territórios** mais vulneráveis e mais carenciados de energia demográfica, promovendo a coesão territorial, valorizando a criatividade de organização dos territórios e a capacidade de iniciativa local e as condições de atração de população (i)migrante.

**Uma região que lidera a evolução para uma sociedade mais sustentável, promovendo a inovação e transição para a economia circular, integrando a emergência climática e as suas implicações em termos de sistemas produtivos e organização territorial**, no quadro da diversidade ambiental que a caracteriza.

**Uma região que coloca estrategicamente o seu sistema urbano** ao serviço de um modelo territorial que evolua em combinação virtuosa entre territórios competitivos e inovadores e territórios mais deprimidos de energia demográfica e económica.

**Uma região capaz de organizar a oferta de qualificações e competências** que a sua transformação estrutural exige, trabalhando nesse sentido a qualificação inicial de jovens e a formação de ativos e criando condições para a atração de população qualificada.

\*

Esta VISÃO, que se propõe à discussão participada da revisão da Estratégia Regional Centro para o período 2021-2027, é obviamente indissociável do quadro de dinâmicas, constrangimentos e desafios enunciados nas páginas anteriores. Com a oportuna validação e necessário enriquecimento induzido pelo processo participativo regional, ela deve ser suficientemente mobilizadora e integradora do posicionamento a assumir pela região Centro em todo o processo de programação do próximo período, envolvendo por isso a elaboração do novo Programa Operacional Regional, o pronunciamento sobre o formato e configuração de Programas Operacionais temáticos e setoriais, a própria revisão da R13 Centro em articulação com a revisão da ENEI e o posicionamento da região em programas e redes de cooperação inter-regional e transfronteiriça. E, não menos importante, um referencial para a revisão das Estratégias Integradas de Desenvolvimento Territorial (EIDT) de âmbito NUTS III.